

PORTUGAL E BRASIL: DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS ÀS INTERACÇÕES IDEOLÓGICO-POLÍTICAS (1989-1918)

Armando Malheiro da Silva*

RESUMO

O artigo versa sobre as influências práticas e mútuas do relacionamento das elites intelectuais e políticas de Brasil e Portugal. Indaga sobre o contributo dos “brasileiros” não apenas na renovação da elite política em Portugal em plena conjuntura de 1890 a 1926, mas também no processo empático que permitiu acolher a experiência republicana brasileira como um incentivo interessante à dinâmica portuguesa de republicanização consumada em 1910.

Palavras-Chave: Republicanismo; Influências; Elites Políticas

ABSTRACT

The article is about the practical and mutual influences of the intellectual and political elite relationships of Brazil and Portugal. It questions about the “Brazilians” contribution not only on the renovation of political elite in Portugal in full conjuncture from 1890 to 1926, but also on the empathic process that permitted welcoming the Brazilian Republican experience as an interesting stimulus to Portuguese dynamic of consummate turning into republic in 1910.

Keywords: Republicanism; Influences; Political Elite

Os colonizadores ingleses deixaram a impressão de ter roubado o nome geral do continente para o país que fundaram. Os portugueses não parecem ter chegado a fundar um país propriamente, mas deram um jeito de sugerir que não aportaram a uma parte da América e sim a uma totalidade absolutamente outra a que chamaram de Brasil.

(Caetano VELOSO — *Verdade tropical*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, p. 13-14)

No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica,

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e membro do Centro de Estudos Interdisciplinares do Séc. XX - Universidade de Coimbra.

a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma actual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma.

(Sérgio Buarque da HOLANDA — *Raízes do Brasil*, 3ª ed. Lisboa: Gradiva, 2000, p. 23)

Uma Pesquisa Possível ou Um Ponto de Partida...

Apesar de afastamentos e de desencontros vários desde que souo, em 1821, o grito do Ipiranga, em São Paulo, a estreita relação cultural, na observação serena e sábia de Sérgio Buarque da Holanda, entre os dois países, insistentemente classificados de irmãos, na oratória política e intelectual e na prosa e poética dos dois lados do Atlântico, constitui uma evidência e uma herança insofismável, mas muito complexa e difusa no campo heterogéneo das acções efectivas. Um campo vasto e segmentado que precisa ser explorado de forma profunda e sistemática, com vista a inverter-se o cariz descontínuo, assimétrico e lacunar dos estudos com incidência no tecido das relações e interacções luso-brasileiras.

Uma rápida e pontual sondagem a alguns catálogos bibliográficos gerais (Bibliotecas, Alfarrabistas ou Sebos e Leilões) permite inferir que o Brasil, enquanto tema destacado a solo ou em relação com Portugal (colonial e pós-colonial), surge “amarrado” à historiografia da expansão marítima, à literatura e às questões pedagógicas (em crescendo nas últimas décadas), rareando as abordagens, ou surgindo quando muito como pontos esparsos e avulsos, relativas a outros domínios e aspectos do saber humano. E mesmo no que concerne à literatura, nomeadamente à presença literária do Brasil em Portugal (e vice-versa), merecem destaque as palavras de Luís Forjaz Trigueiros insertas na Introdução do livro *Temas Brasileiros e Portugueses* (1992):

Está por fazer em pormenor a história da presença da literatura brasileira na imprensa, no livro, na rádio e na TV portuguesas ao longo deste século, história que implicaria um estudo exaustivo da acção exercida por intelectuais portugueses neste período. Há nomes pioneiros que não podem ser esquecidos. Em artigos e ensaios, na conferência ou na simples palestra, na reportagem e na entrevista, o Brasil cultural é tema assíduo na nossa comunicação social. Muitos desses textos são posteriormente recolhidos em volume, tal como algumas das lições ou conferências de nível universitário. E se com o incremen-

to e a facilitação dos meios de transporte, primeiro da marinha mercante, mais tarde da aviação comercial, as sucessivas deslocações pessoais de intelectuais e artistas entre os dois países foram em muitos casos consolidando e cimentando através do relacionamento pessoal o conhecimento até aí quase puramente epistolar, livresco ou jornalístico, não se pode esquecer que nos finais do século XIX e princípios deste era frequente a presença de nomes portugueses na imprensa brasileira e, embora menos assíduos na nossa, foram então divulgados em Portugal, sobretudo em meios mais cultos, os nomes de José de Alencar (que foi editado aqui logo no início da sua obra), Olavo Bilac, Gonçalves Dias, Machado de Assis e outros¹.

A necessidade, apontada por Forjaz de Trigueiros, de estudos de pormenor, rigorosos e sistemáticos, sobre a presença da literatura brasileira em Portugal e vice-versa, pode ser alargada, com premência, a estudos, igualmente profundos e extensivos, sobre as eventuais influências práticas e mútuas do relacionamento das elites intelectuais, sociais e económicas dos dois países. Mais precisamente, desejamos aflorar, aqui, alguns nexos mais ou menos nítidos nas formas de contacto e de estreitamento relacional de Portugal ao Brasil e deste àquele não apenas no plano cultural, mas sobretudo no ideológico-político. A temática é complexa e sinuosa pelo que nos limitamos, neste artigo, a seguir apenas uma linha de pesquisa, entre várias complementares e possíveis, centrada na indagação de um contributo dos “brasileiros” não apenas na renovação da elite sócio-económica e política em Portugal em plena conjuntura de 1890 a 1926, mas também no processo empático que permitiu acolher e desenvolver a experiência republicana brasileira como um incentivo interessante à dinâmica portuguesa de republicanização consumada em 5 de Outubro de 1910.

A indagação proposta insere-se num contexto internacional e nacional que é preciso ter em conta e que podemos esboçar, esquematicamente, através dos seguintes pontos.

1º Ao longo do séc. XIX ocorreu, irradiando a partir da Europa ocidental, uma combinação dinâmica de diversos factores — a emergência de novas propostas filosóficas e de novas correntes literárias, o incremento espectacular da Ciência

¹ TRIGUEIROS, Luís Forjaz. *Temas Brasileiros e Portugueses*: Selecção de textos de autores portugueses sobre temas culturais do Brasil e de autores brasileiros sobre temas culturais portugueses. Lisboa: ICALP, 1992.

Moderna, o aprofundamento e reformulação dos valores e conquistas político-institucionais e ideológicas das Revoluções Americana e Francesa, com especial destaque para esta última e a afirmação do capitalismo vitalizado pelas condições de produção e proletarização decorrentes da Revolução Industrial setecentista, metamorfoseado, após a década de setenta do séc. XIX, em imperialismo colonial (britânico) e na segunda vaga de industrialização, exponencial até ao eclodir da Grande Guerra (1914-18).

2º No continente americano (norte e sul) o modelo ideológico e político-institucional norte-americano, consagrado na Constituição de 1787, espalhou-se reforçado pela doutrina geopolítica de James Monroe, Presidente dos EUA (1817-1825), que, em 1823, proclamara; “*A América para os americanos*”².

3º A hegemonia cultural francesa ao longo do séc. XIX tornou-se um facto indesmentível, sendo perceptível através da literatura e da imprensa diária, meios de modelação ideológica e social das elites e dos cidadãos alfabetizados (base daquilo a que se chamaria a *opinião pública*) em vários países, nomeadamente em Portugal e no Brasil. A influência francesa e a francofilia amarraram de forma profunda e perene as elites dos dois países com consequências a vários níveis, incluindo o ideológico-político³. Ganha, sobretudo, particular relevo o impacto singular que o positivismo ortodoxo teve no Brasil, com o seu lema literal *Ordem e Progresso*, enquanto a cartilha difundida em Portugal através de Teófilo Braga sintonizava com a versão de Littré, discípulo heterodoxo de Comte e um

² BERSTEIN, Richard; RICE, Kym S. *Are we to be a nation? the making of the constitution*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1987.

³ Sobre estas discussões, conferir: LACERDA, Arthur Virmond de. *A República positivista: teoria e ação no pensamento de Augusto Comte*: 2º ed. Rev. Aum. Curitiba: Juruá Editora, 2000; HOMEM, Amadeu Carvalho *A Ideia republicana em Portugal: o contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989; MOLLIER, Jean-Yves; GEORGE, Jocelyne. *La Plus longue des républiques: 1870-1940*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1994; SILVA, Armando B. Malheiro da. Um experiência presidencialista em Portugal, 1917-1918. In SZESZ, Christiane Marques et al (orgs.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 49-86.

dos patronos doutrinários da III República francesa parlamentarista e excepcionalmente longa (1870-1940). Muitos republicanos portugueses não ousaram rejeitar a sua émula francesa, mas o antiparlamentarismo e o reformismo democrático autoritário mais conforme com o modelo presidencialista norte e sul-americano (mais irmanado no espírito da *ditadura republicana, tal como foi concebida e delineada pelo Fundador do Positivismo*⁴) haveria de germinar e de crescer bastante até ao fim da I República parlamentar e instável (1910-1926).

4º O Brasil foi o principal destino da emigração portuguesa durante o séc. XIX seguido pelos Estados Unidos da América, facto que gerou um importante fluxo de remessas do qual o Estado português haveria de ficar assaz dependente através do câmbio do Rio de Janeiro na praça de Londres, o qual veio a deteriorar-se gravemente após a revolução republicana brasileira de 1889 com efeitos acrescidos à crise financeira e político-institucional da conjuntura de 1890-1926. Uma conjuntura marcada, simultaneamente, por índices claros de desenvolvimento sócio-económico e que seria explorada pela propaganda republicana com bastante êxito⁵.

⁴ Atente-se no seguinte extracto: *Ilustra-o carta de Pierre LAFFITTE a Benjamin Constant, cinco meses após o 15 de novembro: "Augusto Comte não dá de modo nenhum à palavra ditadura o sentido de poder pessoal absoluto que se lhe atribui"; designa ela "a preponderância do Governo sobre as Assembléas, preponderância que caracteriza-se sobretudo pela iniciativa e em segundo lugar, a concentração em uma pessoa desta ação diretiva fundamental". O sentido filosófico do termo em tela portanto desta, mesmo opõe-se visivelmente àquele a que afeizou-se o linguajar corrente. Confirma-o Miguel LEMOS em sua circular anual de 1894: "Sabe-se que nosso Mestre denominou por esta forma um governo capaz de conciliar o pleno exercício do poder com a mais ampla liberdade, sob todos os aspectos, abstraindo da metafísica parlamentar. Por outras palavras: o aperfeiçoamento sistemático do que hoje se chama regime presidencial". Insistia ele em 1898, ao prefaciar "A Ditadura Republicana", de Jorge Lagarrigue: "... o verdadeiro regime presidencial, do qual o governo dos Estados Unidos apenas nos apresenta um esboço grosseiro e empirico, é a ditadura republicana, tal como foi concebida e delineada pelo Fundador do Positivismo". Presidencialismo, logo república. Portanto, negação das monarquias, modo de governo por A. COMTE respeitadoenquanto satisfiz aos contextos sociais das épocas, já remotas, em que atuaram com a sinceridade de seus fundamentos, quando de fato governava o soberano, ao contrário da falsificação política dos últimos dois séculos, que reduziu o monarca a mero chefe de Estado, resquício do passado e que em sua impotência administrativa reina sem governar. (...) Em suma, governo republicano, república presidencialista, presidencialismo liberal. (LACERDA, Arthur Virmond de. *Op. cit.*, p. 10-11.)*

⁵ Ver números e outras informações em: REIS, António (Dir.) *Portugal contemporâneo, Portugal contemporâneo* - vol. 1. Lisboa: Publicações Alfa, 1996, p.575-576; GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil: 1889-1895*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995.

5º As regras do jogo político da Primeira República ou “República Velha” brasileira decorreram da adopção do princípio federalista consubstanciado na Constituição de 1891 e consentâneo com a economia cafeeira então dominante⁶. Esse mesmo princípio guiara a experiência politico-constitucional norte-americana, um século antes, articulando-se, no Novo Mundo, com factores estruturantes comuns às sociedades pós-coloniais desse continente, não obstante profundas diferenças atribuídas, genericamente por vários autores, a dois tipos distintos de colonização: a franco-inglesa a norte (EUA e Canadá) e a espanhola e portuguesa a sul⁷. Uma explicação muito simplistas para especificidades espalhadas sobretudo pelo hemisfério sul da América, onde o Brasil, com o tipo singular de independência ocorrida e a criação de uma Monarquia imperial, contribuiria para um processo de republicanização algo *sui generis*: por um lado federalista como mais se ajustava ao espaço geo-político americano, por outro muito contaminado por uma matriz doutrinária e ideológica fermentada e expandida a partir da Europa.

6º A especificidade ou singularidade brasileira, esboçada de forma muito breve e ligeira no ponto anterior, permite alertar, só por si, em estudos de historiografia comparada, como este de algum modo é⁸, que entre Portugal e Brasil, a partir de 1821, desenvolveram-se processos históricos distintos, em

⁶ BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História Constitucional do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991: 249-256.

⁷ TORRES, João Camilo de Oliveira. *O Presidencialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1962, p. 1962: 17-45.

⁸ Temos participado em projectos que se inscrevem claramente num propósito comparativo como os dois colóquios Portugal-Brasil, realizado o primeiro em Curitiba em 2001 e o segundo em Coimbra em 2003 (ver *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX. 2003* e *Portugal-Brasil no século XXI: sociedade, cultura e ideologia, 2003*). E ainda num livro, também já publicado, *O Beijo através do Atlântico*, 2001 e em outro que está em preparação, coordenado juntamente com o colega da UFSC Prof. Doutor Artur Cesar Isaia, intitulado *Progresso, política e religião: Brasil e Portugal, 1889-1910* e inserido na Coleção 1910-2010 - Centenário da República dirigida pelo Prof. Doutor Amadeu Carvalho Homem e editada pela Quarteto Editora, Coimbra, Portugal.

contextos geo-políticos diferenciados, mas ao mesmo tempo com factores de atracção fortes, como é o caso da chamada herança cultural e o papel desempenhado pela emigração, efectuada por vagas e com altos e baixos até, sobretudo, o período de entre Guerras no séc. XX.

Poderíamos, sem dúvida, enumerar outros traços essenciais do quadro histórico global indispensável para a inteligibilidade mínima do apontamento que aqui trazemos, mas parecem-nos suficientes os pontos focados, constituindo, eles mesmos, tópicos interessantes de reflexão e de pesquisa aprofundada.

Crise Política e Factor Emigração no Portugal Finissecular

Até finais de oitocentos Portugal teve uma população de cerca de cinco milhões e meio de habitantes, ocupando-se, em 1890, 61% do total mas actividades do sector primário (em 1911 a percentagem desceu só para 57%), 18,4% (21% em 1911) no sector secundário e 20,6% (22% em 1911) no terciário. Valores eloquentes do enorme peso da ruralidade num país onde se intensificara, entretanto, o movimento de parcelamento da propriedade, um muito fraco rendimento oriundo do trabalho e uma questão social cada vez mais aguda por causa da generalização das reivindicações e conflitos entre operários e patrões não deixaram de contribuir para o progressivo e considerável aumento do fluxo emigratório, explicado, também, pela insuficiência urbanística e a inviabilidade de alargar o efectivo demográfico das duas grandes cidades do país - Lisboa e Porto.

Factores que travam o desenvolvimento capitalista do país havia vários: mais de 40% de terras incultas; escassa e limitada a mecanização da agricultura; a falta de recursos naturais; a excessiva fragmentação propriedade fundiária e da produção, a deficiência de alguns produtos como os vinhos, a ausência de mão-de-obra preparada, restrições do mercado interno, nomeadamente o fraco poder de compra da população e a debilidade da integração e complementaridade entre regiões, as gritantes falhas do sistema de instrução pública no respeitante, por exemplo, ao ensino técnico-profissional e à mentalidade “absentista” dos empresários portugueses. Mas apesar da confluência destes factores negativos, verificaram-se, no sector secundário, assinaláveis progressos tanto no ramo da produção de bens de consumo (têxteis, calçado, alimentação e moagem), como na construção civil, mobiliário, tabaco e refinação do açúcar, estas últimas beneficiadas pelo mercado colonial. Nasceram, assim, novas indústrias como foi o caso dos cimentos em 1894, das tintas e vernizes em 1888-95 e a extracção de

óleos e supersfosfatos em 1900, embora tivessem sido as cortiças e as conservas as melhores sucedidas nos mercados externos. Apesar de existir uma certa diversificação de destinos de exportação (Espanha, Alemanha, Grã-Bretanha, países do Norte e Brasil) o ritmo de crescimento das exportações foi lento, muito moderado e inferior ao do produto nacional bruto.

Crítica e difícil foi, sem dúvida, a situação financeira que nos anos oitenta se abeirou da bancarrota. O modelo económico e financeiro desenhado pela Regeneração (iniciada após o golpe militar do Duque de Saldanha em 1851) e concretizado por Fontes Pereira de Melo baseava-se no aumento da dívida pública e do défice orçamental. Este indicador cresceu acentuadamente durante a governação progressista de José Luciano de Castro (1886-90) a par da subida do défice comercial - chegou aos 100% de 1885 a 1890, o que tornava a economia e as finanças portuguesas muito vulneráveis às conjunturas internacionais⁹. Daí o forte impacte da crise de 1891-92: a brusca queda das remessas dos emigrantes no Brasil, causada pela baixa do câmbio Rio de Janeiro/Londres, complicou drasticamente o (des)equilíbrio financeiro, ficando o Estado português na impossibilidade de cumprir os compromissos internacionais assumidos com o *Baring Brothers* e o *Crédit Lyonnais*.

A saída para o problema foi logo ensaiada pelo Governo Dias Ferreira (1892-93) — negociações com os credores externos, contenção das despesas públicas e agravamento dos impostos indirectos —, mas como parte significativa dos rendimentos do Estado provinha dos direitos aduaneiros e de outros impostos indirectos ficou, a prazo, comprometida a resolução da crise. É que cerca de metade das receitas cobradas nas alfândegas não visava proteger a produção nacional, mas apenas equilibrar as contas públicas¹⁰.

No plano político-institucional a fase áurea do modelo rotativista, baseada na alternância no Poder entre o Partido Regenerador e o Partido Progressista e na função constitucional moderadora da Coroa, não sobreviveu ao impacte do *Ultimatum*, ao “estilo” temeroso, conservador e anacrónico das duas novas lideranças partidárias (o regenerador Hintze Ribeiro e o progressista José Luciano), a vocação mais interventora do novo rei — D. Carlos, que sucedeu ao pouco interventivo D. Luís — a conselho de alguns amigos de Oliveira Martins (teorizador de um “cesarismo” orgânico e reformador) e à aguerrida entrada em cena da

⁹ MOREIRA, Fernando. Introdução. In CASTRO, José Luciano de (Org) *Correspondência política (1858-1911)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1998: 7-55; SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro. *António Cândido, Sidónio Pais e a Elite Política Amarantina, 1850-1922. Elementos para o estudo das raízes familiares de Amadeo de Souza Cardoso*. Amarante: Câmara Municipal, 2000, p. 55-96.

¹⁰ MATOS, Sérgio Campos 1998. Da Crise da monarquia constitucional à primeira república em Portugal (1890-1910). In GÓMEZ, Hipólito de la Torre; e VICENTE, A. Pedro (Dir.). *Espanha-Portugal. Estudos de História Contemporânea*. Madrid: Ed. Complutense, 1998, p. 51-64.

“geração activa” republicana (António José de Almeida, João Chagas, Afonso Costa, Brito Camacho, Ana de Castro Osório, etc.,). O resultado prático da conjugação destes e de outros aspectos manifestou-se na desintegração dos dois grandes partidos: o conflito entre Hintze e o seu “delfim” João Franco levou este a juntar os seus amigos e adeptos fundando o Partido Regenerador Liberal (em 1901) e o confronto de José de Alpoim com o seu “pai” político (José Luciano) tornou irreversível a criação da Dissidência Progressista¹¹. O aparecimento destas cisões provocaram uma reacção defensiva de Hintze e de José Luciano, muito frágil e dependente da força do poder moderador do rei. E quando D. Carlos, em Maio de 1906, chamou João Franco para constituir Ministério, quebrando, assim, a regra rotativista que seu pai sempre mantivera, tentou responder ao apodrecimento grave do sistema político e acabou por se envolver numa “jogada” de alto risco que terminaria no seu homicídio e o do príncipe Luís Filipe, a 11 de Fevereiro de 1908. Nesse interim, decorreu a experiência franquista, iniciada com um cariz liberal e ofensivo (pretendia “jogar” no campo dos republicanos e esvaziar-lhes a iniciativa propagandística) e abruptamente interrompida sob o labéu de “ignominosa ditadura”.

A inesperada subida ao trono do jovem e imberbe D. Manuel II, convertido a uma estratégia de “acalmção”, trouxe algumas esperanças, mas foi insuficiente para travar o descontentamento dos estratos urbanos, das elites e dos próprios apoiantes do regime. A queda da Monarquia surgiu, pois, como um desfecho anunciado...

E nesses tempos de agitação e mudança a presença dos emigrantes retornados do Brasil com núcleos densos no Norte de Portugal, na região Centro e em Lisboa como capital e centro de captação natural de investimentos imobiliários e especulativos, contribuiu para engrossar a elite burguesa que haveria de aderir ao impulso nacionalista acirrado pelo humilhante *Ullimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890, inflectindo o apoio político dos partidos rotativos da Monarquia para as diferentes metamorfoses partidárias do republicanismo português desde 1873 até à estrutura surgida pouco antes do ensaio revolucionário do 31 de Janeiro — ensaio de instauração da República no Porto, tal como em 24 de Agosto de 1820, na mesma cidade, se operara uma revolta militar que viria, imediatamente, a pôr em causa as estruturas do Estado de Antigo Regime e a promover a aplicação dos valores do liberalismo através da eleição de Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes de onde saiu a famosa e controversa Constituição de 1822¹².

¹¹ SARDICA, José Miguel. *A Dupla face do franquismo na crise da monarquia portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994; RAMOS, Rui. *João Franco e o fracasso do reformismo liberal: 1884-1908*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

¹² MARQUES, A. H. de Oliveira. *História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base*. S. l.: Iniciativas Editoriais, 1978, p. 534-545.

Jorge Fernandes Alves no estudo que dedicou à emigração e ao retorno do Brasil, circunscrito ao Porto oitocentista, não deixou de aflorar, no âmbito da análise do papel social dos *brasileiros*, o seu empenho na política:

Pela sua capacidade económica, disponibilidade e busca de prestígio, os brasileiros procuraram afanosamente lugares políticos a todos os níveis, quer nos órgãos locais, nos regionais (Junta Geral) ou parlamentares, tanto na Câmara dos Deputados como na Câmara dos Pares. Se a entrada do Conde de Ferreira, então ainda e apenas o negociante *brasileiro* Joaquim Ferreira dos Santos, na Câmara dos Pares, em 1842, por decisão de Costa Cabral, gerou uma grande indignação, com a nobreza, velha e nova, do liberalismo a recusar-se a patrocinar a ascensão de um “parvenu” sem credenciais de heroísmo militar, depois o *brasileiro* tornou-se uma personagem habitual, nas duas Câmaras. [...]

Neste contexto não nos esqueçamos que, ao nível político, tiveram ainda maior ascensão os filhos dos emigrantes, nomeadamente brasileiros de nascimento que na altura conveniente optaram pela nacionalidade portuguesa. A capacidade económica acrescida, acumulada pelos ascendentes, permitindo a prossecução de estudos que não estiveram ao alcance destes, bem como o facto de disfrutarem do prestígio social alcançado por aqueles, estão na base do seu percurso ascendente, tanto na vida pública como na vida privada. Dos inúmeros exemplos, citemos o conhecido caso de José Guilherme Pacheco [...] Naturalmente, o quadro poderia alargar-se a outros nomes e sentidos políticos, desde Júlio de Matos, o célebre psiquiatra que foi um ardente republicano, até ao caso especial de Bernardino Machado[...]. De deputado regenerador, foi ministro das Obras Públicas da monarquia, aderindo posteriormente à República (por 1903). Integrou o Governo Provisório em 1910, foi ministro e chefe de governo, embaixador no Rio de Janeiro e Presidente da República por duas vezes¹³.

¹³ ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Edição do Autor, 1994: 314-315.

Na verdade houve *brasileiros* em todos os partidos, mas os exemplos de Júlio de Matos e de Bernardino Machado introduzem-nos num elenco de figuras que haveriam de estar na linha da frente do republicanismo português em duas gerações importantes para a fermentação e depois a mobilização revolucionária do movimento — a geração de 70 (em que pontificaram destacados escritores, poetas-filósofos, ensaistas e doutrinadores como Eça de Queirós, Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, agregando-se a estes outros nomes com relevo no campo republicano como Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, Bernardino Machado, Sebastião de Magalhães Lima, nascido tal como o anterior no Brasil e ligado à Maçonaria desde jovem, Basílio Teles, Zófimo Consiglieri Pedroso, João Pinheiro Chagas, também nascido no Rio de Janeiro em 1863, José Mascarenhas Relvas, Manuel Brito Camacho entre outros) e a geração de 90 ou a “geração activa” que congrega figuras comprometidas com a acção revolucionária que desembocaria no 5 de Outubro e que eram jovens quando ocorreu o *Últimatum* de 1890 com a subsequente reacção nacionalista que varreu o país e diferentes estratos sociais de alto a baixo (Afonso Costa, António José de Almeida, José Soares da Cunha e Costa, exilado no Brasil, onde advogou e chegou a privar com Rui Barbosa, Artur Augusto Duarte Luz de Almeida, António Maria de Azevedo Santos, António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, António Maria da Silva etc.).

Na breve amostra de nomes indicada sobressaem alguns republicanos nascidos no Brasil, facto que por si só apenas indicia uma eventual ligação afectiva a esse vasto país-continente. Mas uma análise, a encetar, de um acervo completo de prosopografias referentes, pelo menos, às duas gerações apontadas, permitirá detectar laços luso-brasileiros geradores não só de empatia, mas também predisposição para sofrer influência e/ou aderir ao impacto de certas situações como a transformação político-institucional vivida pelo Brasil em 1889 e cujas repercussões em Portugal através da imprensa foram muito significativas.

No estudo monográfico que Eduardo Cordeiro Gonçalves dedicou a esse aspecto, muito negligenciado pela historiografia portuguesa até há bem pouco tempo, detectou, em jeito de conclusão, a existência de duas posições irreductíveis a partir de dado momento. De um lado, irrompeu a aposta dos republicanos na emancipação e no sucesso do novo regime implantado no Brasil; e do outro, os protestos dos monárquicos inconformados com essa “inversão histórica”, para eles inadmissível. Constatou, assim, que o advento da República brasileira *fermentou germens de suspicácia em certos meios culturais portugueses*, enquanto a sondagem ao processo das relações diplomáticas entre os dois países, nesse período, permitiu observar *um “acordar” repentino de Portugal*,

que levou, como o nota Fidelino de Figueiredo, a um “delírio de intercâmbio” e à vontade, à viva força, de uma aproximação ao Brasil. O contrário desta atitude se passou lá: ao exacerbando nativismo lusofobo, com tudo o que continha de injusto, adveio uma política que acentuou o eixo Brasil/Estados Unidos da América em detrimento do europeu¹⁴.

O Exemplo Norte-Americano e Brasileiro ou O Presidencialismo à Portuguesa.

Com um problemático atraso em relação às expectativas e à dinâmica nacionalista e revolucionária surgida no início da última década de oitocentos, a República acabaria por nascer a ferros em Portugal, tendo a Maçonaria um papel relevante na orientação dos preparativos do movimento militar e civil urbano, que de 4 para 5 de Outubro de 1910, haveria de triunfar. A Monarquia, tal como sucedera vinte anos antes no Brasil, cairia por terra e do Brasil, mais precisamente do Rio de Janeiro, em 20 de Junho de 1911 chegariam até à Assembleia Nacional Constituinte eleita para elaborar a nova Constituição da República Portuguesa (a Constituição de 1911) palavras solenes de saudação subscritas pelo Presidente da Legião Nacional, Deocleciano Martins: *A Legião Nacional — instituição patriótica criada no Rio de Janeiro com o intuito exclusivo de defender a República dos Estados Unidos do Brasil — em nome dos seus mil coligados e pelo seu presidente infra assinado, sauda e congratula-se com a Assembleia Nacional Constituinte, reunida solenemente em Lisboa, na data de ontem, pela proclamação oficial da República Portuguesa* (Arquivo Histórico-Parlamentar - Assembleia Nacional Constituinte, 1911).

Nesse espaço supremo da soberania nacional — um hemiciclo dominado pela presença de médicos, de juristas e de militares profissionais e submergido por acentuadas divergências acerca de vários aspectos, sendo de destacar a significativa falta de consenso no respeitante ao modelo parlamentarista, à articulação entre o Poder Executivo e o Legislativo, à existência ou não da figura do Presidente da República, ao reforço das atribuições presidenciais, à introdução de um Senado corporativo aberto à representação dos interesses sócio-profissionais, etc. — e no Governo Provisório constituído após a revolução e em funções ditatoriais até 3 de Setembro de 1911 não tardou a grassar o divisionismo e uma desenfreada luta pelo Poder, a tal ponto que, em Fevereiro de 1911, o Encarregado de Negócios da Legação dos E.U.A. em Lisboa informava Washington da indiscutível existência no seio do Governo Provisório de três partidos rivais, cada um deles

¹⁴ GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil: 1889-1895*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995, p. 181 e 182.

constituído em torno de Afonso Costa, de António José de Almeida e de Brito Camacho, os quais se mostravam, aliás, preocupados apenas com *os seus interesses pessoais e de facção, e não com os do país*.

Os constituintes de 1911 acabaram por subscrever uma Constituição parlamentarista que na prática daria cobertura a um sistema partidocrático detestado e combatido por uma hoste crescente de opositores, mas ao mesmo tempo era forte o sentimento de rejeição dos vícios parlamentares sobejamente vividos durante a Monarquia Constitucional (1834-1910) e generalizado o temor de relação regime presidencial americano e brasileiro que a breve trecho podia transformar o presidente num déspota. Aliás, um dos que assim pensava, em 1911, foi o major e lente de Matemática na Universidade de Coimbra Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (1872-1918), deputado à Constituinte pelo círculo de Aveiro e correligionário de Brito Camacho, chefe de facção, director do jornal A Luta e líder da União Republicana, um dos três partidos do campo republicano em que o Partido Republicano Português (P.R.P.) haveria de se fragmentar a parir de 1912. Sidónio Pais cerca de oito anos depois protagonizaria uma experiência presidencialista destinada a salvar a República de 1910!

O 5 de Dezembro de 1917 replicou, em termos operacionais e ideológico-políticos, o 4-5 de Outubro de 1910, mas só terminou vitorioso a 8, dia evocativo de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal.... A Grande Guerra estava no seu ponto crítico e Portugal entrara nela em 1916 por opção clara de Afonso Costa e seus correligionários do velho P.R.P., apelidado vulgarmente, após 1912, de Partido Democrático, que haviam conseguido reconquistar o Poder por um dos vários golpes militares habituais durante a vigência da 1ª República.

Do ponto de vista politológico foi um golpe (concebido e feito por militares) e não uma revolução. Nasceu no seio do campo republicano, mais precisamente nas suas forças marginais e “excluídas” — no meio do descontentamento de unionistas, de evolucionistas-centristas e de machadistas, estes em ruptura há muito com a chamada “demagogia dos democráticos”. A prisão de Machado Santos e dos seus companheiros na sequência do 13 de Dezembro e o adiamento *sine die* do respectivo julgamento teve um efeito revanchista, determinante na decisão pessoal do major-lente e embaixador em Berlim (1912-1916) Sidónio Pais de conspirar até ao fim, desafiando com êxito a habilidosa ambiguidade do seu “chefe” de partido Brito Camacho, um republicano histórico da geração de 90 e especialmente um publicista talentoso.

Os jovens e entusiastas cadetes da Escola do Exército, vários alferes e capitães, que a partir do Parque Eduardo VII derrotaram as forças governamentais, tomaram conta dos Ministérios e humilharam, em Belém, o

Presidente Bernardino Machado, ofereceram-se de pronto para “guarda pretoriana” e para baluarte da velha ideologia militar remoçada pelo nacionalismo, pelo positivismo e pelo antiparlamentarismo de cariz bonapartista, boulangista ou sul-americano. Teófilo Duarte, Eurico Cameira, Botelho Moniz, quais cavaleiros da “Távola Redonda”, fizeram de Sidónio o seu “Rei Artur” na luta contra os “infiéis” da “civilização e da raça”. Machado Santos e os seus amigos da Rotunda ou da Revolução republicana de 1910 reconheceram-lhe o direito à liderança, mas impuseram-lhe a silhueta imprecisa e inconstante da “sua” República, que outros, bem cedo, desviaram do “bom rumo”. Egas Moniz com o seu projecto de Partido Centrista Republicano (1916-1918) propunha-se aplicar medidas de alcance algo premonitório e congregar dentro e fora do campo republicano a grande “massa conservadora” hostilizada pela tática voluntarista e “demagógica” dos democráticos.

O Exército, por seu turno, continuava atravessado por divisões político-partidárias e por diferentes atitudes face ao intervencionismo português na Grande Guerra de 1914-18, mas convergia cada vez mais nos apelos ao acrisolado patriotismo, à ordem e à reacção corporativa contra os ataques vindos sobretudo “das esquerdas”. Podia, por isso, rever-se na pose teatral e disciplinadora, no discurso populista e patriótico do protagonista central da nova situação. Para vários líderes do movimento operário o golpe dezembrista oferecia apenas a possibilidade de libertar sindicalistas presos na sequência da repressão dos Governos anteriores, sem abdicar, contudo, da sua postura reivindicativa e da pertinente e sedutora *revolução social*. O posicionamento dos monárquicos irredutíveis era um misto de cansaço e de nostalgia restauracionista, a par do irrequietismo doutrinário dos moços do Integralismo Lusitano (fundado em 1914), que não influenciaram a governação, nem os planos jurídico-constitucionais da *República Nova*, ao contrário do que deixou insinuado Hipólito Raposo e tem sido repetido com insistência. Por fim, deve referir-se os católicos que desejavam a revogação da “intangível” e a suspensão definitiva da campanha anti-clerical e laicista, em troca do que se dispunham a apoiar, a aplaudir e a colher o máximo possível de garantias e de oportunidades cívicas e políticas.

Dos unionistas aos católicos a heterogeneidade era grande e “babélica” mas não havia alternativa: a situação dezembrista tinha de formar com todos eles uma rede sócio-política de apoio destinada a reordenar a correlação de forças no interior do campo republicano e a integrar nele “as classes conservadoras” hostis à República.

O conceito operatório de rede, aplicado às sociedades sul-europeias em vias de industrialização, serve para melhor se descrever e entender a articulação dos estratos sócio-económicos (profissionais e culturais) com o

sistema político, ou seja, a rede serve de suporte à estrutura e à acção partidárias, trazendo para o seu seio interesses classistas muito ou pouco diferenciados entre si e organizados em “*grupos de patrocínio e de pressão*” de raiz patriarcal a fim de por esse meio influenciarem a área da decisão (sistema de Poder). Em concreto, pode dizer-se que a rede forma-se e opera entre a base social (classista) e as instâncias superiores do Estado, mediatizando e projectando exigências básicas, necessidades e aspirações (opostas a outras) numa determinada formulação ideológico-política e na sua subsequente organização programática e funcional — o partido — vocacionada para o controlo da área institucional de decisão. Cada partido age, pois, entre o sistema político e o sistema de Poder através de redes próprias que lhe asseguram a capacidade de penetração, de mobilização e de representação junto da massa indistinta da comunidade nacional potencialmente eleitora.

Pretendemos desta forma questionar a tese segundo a qual o golpe de Dezembro recebeu ou atraiu de início o apoio directo de classes antagónicas, apoio esse que Sidónio Pais terá depois tentado desesperadamente manter em equilíbrio, mas sem sucesso. A isto opomos uma outra leitura dos dados disponíveis: o golpe de Dezembro teve o apoio inicial do segmento militar do partido União Republicana secundado por ocasionais militantes civis e com extensões ao grupo de Machado Santos e a evolucionistas reunidos em torno de Egas Moniz. Na origem temos, portanto, a rede sócio-política unionista cruzada com transfugas de outras redes que ajudarão a prefigurar uma rede própria, porém apenas esboçada e quase circunscrita às áreas de Lisboa, Coimbra e Porto. Uma rede frágil, sem a mínima coesão interna e baseada, afinal, na mesma matriz urbana tendencialmente republicana e composta de estratos de classe média — advogados, médicos, engenheiros, militares, comerciantes, proprietários, industriais, etc. —, de pequena burguesia — empregados de comércio, funcionários públicos, sapateiros, barbeiros, alfaiates, etc. — e de algum operariado, sobretudo as franjas urbanas mais proletarizadas e desprotegidas. Com o desenrolar da experiência, o apoio social ao Presidente da República alargou-se, por intermédio de monárquicos e especialmente da Igreja Católica, à população das vilas, aldeias, campos e serras do país, mas sem que essa adesão se traduzisse num reforço da rede sócio-política e dinamização de um Partido Nacional Republicano — o partido governamental — realmente “frentista” e mobilizador do eleitorado.

Metido num instável “saco de gatos” Sidónio Pais começou por actuar com receio, timidez e cautela, porque se sentia, como era, aliás, típico da sua personalidade, bastante inseguro e ao mesmo tempo perturbado por uma certa “vertigem” do triunfo ou da ascensão às “altas esferas” do Poder. Aceitou os conselhos e as intromissões habilidosas de Camacho. Leu

os desabafos intempestivos de Machado Santos designadamente contra a forte presença de unionistas nos primeiros dois meses do único Ministério da ditadura dezembrista (11-12-1917 a 11-5-1918). Seguiu com complacência a impetuosidade antipolítica e sobretudo antipartidocrática dos seus “cavaleiros”. Embrenhou-se no universo íntimo das suas emoções e ideias. Foi sacudido, logo a 8 de Janeiro de 1918, por uma revolta de marinheiros que serviu para exprimir a rejeição formal dos democráticos à situação criada. E decidiu, na mais pura tradição democrático-republicana, ir auscultar, em comícios, manifestações, banquetes e visitas diversas, a vontade do Povo. Reconhece-se-lhe, por essa atitude, uma vertente populista potenciada, afinal, quer pelo seu perfil psicológico, quer pelo populismo intrínseco à génese da 1ª República.

As viagens presidenciais ao Norte e ao Sul do país, em Janeiro e Fevereiro de 1918, devolveram-lhe a auto-confiança de que tanto carecia a fim de arrepiar caminho até às últimas consequências. E a partir de então esboçou um rumo que o situou próximo dos críticos assumidos do parlamentarismo e da célebre máxima de Paul Déroulède — *On peut être antiparlementaire et rester républicain* —, mas incompatibilizou-o a curto prazo com os indefectíveis camachistas. Até Abril e do ponto de vista político-partidário deu-se a metamorfose da fase dezembrista ditatorial, caracterizada pela interrupção por via extra-legal ou militar da legitimidade constitucional fixada em 1911 e pela vincada supremacia dos unionistas — uma supremacia apropriada pelos centristas a partir de 7 de Março... —, para a fase sidonista semi-institucionalizada, em que surgiu a República democrático-presidencialista e autoritária. O autoritarismo emergiu nesta situação devido ao reforço do Executivo diante de uma morosa reactivação do Legislativo e ao primado da acção pessoal de Sidónio, sobreposta, de forma sincrética, ao papel dos partidos.

A fase sidonista nasceu, pois, com a legitimação por sufrágio universal de uma variante político-institucional do regime fundado em Outubro de 1910 — o presidencialismo à americana e à brasileira, merecendo, sem dúvida, especial relevo o impacto entre os republicanos portugueses do êxito e do figurino da República no Brasil em 1889.

A variante presidencialista foi divulgada e conhecida através quer de obras e traduções francesas sobre a clássica separação tripartida dos poderes e sua formatação num esquema não parlamentarista, quer de experiências concretas como as dos E.U.A. e a do Brasil, culturalmente mais próxima das elites portuguesas¹⁵ e que, passados os primeiros anos de instabilidade e até de guerra civil (1893-1894), Campos Sales soube fixar num modelo

¹⁵ GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Op. cit.*

mais duradouro: *além de consolidar,financeiramente o novo regime, consolidou-o politicamente, através da “política dos governadores”, garantindo aos donos das situações estaduais o domínio absoluto da política local, não sómente no plano infra-estadual, como no plano federal; as bancadas deviam representar o pensamento dos governadores. E, por último, como dissemos, competiu-lhe estabelecer a teoria do sistema, em luminoso e lícido capítulo de Da Propaganda à Presidência, de certo modo o Alcorão do regime de 1891. A fórmula pela qual o próprio Campos Sales sintetizou a sua doutrina é clara e nítida. “O regime presidencial é o governo pessoal, constitucionalmente organizado”. Conta, ademais, “com o contrapêso dos outros poderes e sobretudo é também pessoalmente responsável, sujeito a um tribunal político de julgamento”. Noutra local, dissera: “Quem formula o programa e confere à administração a sua indole característica é o presidente”¹⁶.*

Ao incorporar a variante presidencialista, o sidonismo não caiu, ao contrário do que tem sido notado, numa premeditada contradição face às dúvidas e receios expressos pelo próprio Sidónio Pais em 1911 sobre o figurino americano, antes reflectiu uma tendência menos visível, mas natural, do republicanismo português.

As anomalias concretas do regime republicano em 1917 fizeram da democracia presidencialista a única alternativa viável para “salvar a República” sem a denegação do ideal democrático, mas com a emergência perversa de um problema grave: a desequilibrada personalização do Poder Executivo, estimulada pela excessiva personificação colectiva na figura do Presidente da República e chefe do Governo.

Esta disfunção manteve-se e agravou-se até 14 de Dezembro por efeito de múltiplos factores de desestabilização, a saber: o atraso no arranque dos trabalhos constituintes do novo Congresso, que não chegará a discutir o projecto apresentado para debate e ao qual os integralistas foram alheios; a debilidade estrutural do P.N.R., formado a partir do Partido Centrista, indefinido (como partido unitário (não dizemos único...) ou como partido competitivo em sistema bipartidário, e incapaz de integrar num “bloco” coeso algumas das tendências estruturantes (evolucionistas e unionistas) do campo republicano e dos campos até então excluídos (católico e monárquico); ou ainda a forte tensão (rivalidades, intrigas, disputas sectárias, etc.) vivida no seio da própria rede sócio-política de apoio — tensão essa patente em torno, por exemplo, da discussão táctica sobre presidencialismo e parlamentarismo ou sobre o modo mais adequado e eficaz de neutralizar e contrariar os intuitos/actos subversivos dos adversários. O alegado perigo bolchevista e as ameaças concretas dos democráticos foram, porém, fechando o cerco e conseguindo impelir cada vez mais a *República Nova* para a prática da força repressiva como método circunstancial e

¹⁶ TORRES, João Camilo de Oliveira. *Op. cit.*, p. 222.

desesperado de defesa. Um método que, noutras circunstâncias, Sidónio Pais teria enorme relutância em aceitar. E podemos mesmo admitir que ele acreditou no fim do “cerco” pela conjugação combinada do pós-guerra e da instauração definitiva de um Estado de Direito regulado pela nova Constituição presidencialista.

O quadro de instabilidade da situação dezembrista/sidonista tornou-se, pois, irrefragável e relacionado não só com os factores apontados, mas também com as questões financeiras e sócio-económicas num contexto de guerra total e num país de economia periférica com o velho espectro do *déficit* orçamental, além da deficiente cadeia produtiva, elevada inflação, ruptura no abastecimento dos géneros de primeira necessidade, etc.

A resposta dos Governos sidonistas a esta crise global não divergiu das políticas vindas de trás, que desenhavam já um crescente intervencionismo estatal intrínseco à própria evolução do imperialismo capitalista europeu entre 1870 e 1918. Foi uma resposta incipiente, desigual e condicionada interna e externamente, mas mesmo assim baseada, por um lado, na assumpção, que julgamos incontestável face aos dados conhecidos, de compromissos anteriores como o de manter e reorganizar o C.E.P. e, por outro, num frenético esforço reformista, testemunhado por abundante legislação produzida nuns escassos doze meses e em várias direcções: apoio à agricultura (ponto constante do programa centrista) traduzido, aliás, na criação de um Ministério/Secretaria de Estado para o sector e numa política de preços agrícolas; apoio ao ensino técnico-industrial e comercial com vista a um efectivo desenvolvimento da indústria e do comércio nacionais, apesar de medidas pontuais que penalizavam as importações e os beneficiários directos dos açambarcamentos de géneros; abertura aos grupos conservadores e ao campesinato face à crescente hostilidade dos chamados partidos “históricos”, explicando-se assim um novo regresso de monárquicos ao Exército através da rede sócio-política da *República Nova*. A presença de monárquicos no seio da República baseou-se, porém, num compromisso equívoco de irrevogabilidade do princípio republicano; e a mesma estratégia envolveu os católicos, atraídos pela revisão da “intangível” e por um pacote de cedências, cujos limites ficaram nitidamente expressos no *Título VI, art. 83º* do projecto de Constituição, cuja versão pronta ficou esquecida até quase ao final do séc. XX Arquivo Histórico-Parlamentar¹⁷.

A morte brusca, a tiro, do Presidente da República sob a forma evidente de um “acto individual e isolado” do presuntivo assassino José

¹⁷ SILVA, Armando Malheiro da. A República e o Reformismo Democrático Autoritário, 1890-1926: Uma proposta interpretativa. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX: actas do Colóquio, 2 a 5 de Abril de 2003*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/Quarteto Editora, 2003, p. 44-62.

Júlio da Costa derivou, no fundo, de um intenso *complot* democrático, associado a outras confluências anti-situacionistas, coincidiu, assim, com a “morte anunciada” do presidencialismo. Morte a que não foi de todo estranho Egas Moniz, que, nos primeiros dias de Dezembro, partiu para Paris e Londres e daí aconselhou, em sucessivos telegramas para o seu Secretário particular e para os seus colegas no 16º Governo, que fosse reposta a vigência plena da Constituição de 1911 em nome da estabilidade interna, da reconciliação republicana e da conveniente repulsa pelo “monarquismo germanófilo”, critérios e valores que urgia levar à Conferência de Paris a fim de cativar as boas graças das grandes democracias vencedoras¹⁸. A intenção era compreensível, mas controversa e muito mal recebida nos círculos monárquicos, especialmente entre os militares das chamadas Juntas do Norte e Sul que pressionaram logo o presidencialista Tamagnini Barbosa para travar e inverter a pronunciada viragem da situação pós-sidonista “à esquerda”.

Arriscando embora uma analogia simplista e caricatural, talvez se possa dizer que a *República Nova* caiu da mesma maneira que a *República Velha* foi, segundo João Chagas, implantada em todo o país — por telégrafo...

Nota Final para uma Pesquisa a Desenvolver

A efêmera experiência presidencialista protagonizada por Sidónio Pais teve como exemplos legitimadores o norte-americano e, sobretudo, o brasileiro, mas a elite política republicana manter-se-ia indecisa quanto à adoção clara do modelo presidencialista, embora fosse muito aceite entre os militares a necessidade de um regime ordeiro assente num programa ousado de reformas articulando democracia e autoridade. Um programa subjacente aos mentores do golpe militar de 28 de Maio de 1926 que instauraria uma ditadura militar, apelidada de nacional, e que, por vicissitudes várias e disputas entre grupos e personalidades, terminou refém de um lente de Direito, seminarista e católico misógino chamado António de Oliveira Salazar, fundador e garante de um regime ditatorial de décadas — o Estado Novo (1933-1974). Entre este sistema político e os fundamentos ideológicos e juridico-constitucionais da Ditadura Militar (1826-1933) e do Presidencialismo sidonista — uma e outro irmanados na mesma matriz do reformismo democrático autoritário —, é sempre possível estabelecer analogias, mas a investigação historiográfica vem mostrando um largo fosso ideológico-político a separá-los.

¹⁸ SILVA, Armando B. Malheiro da. Egas Moniz e a Política: notas avulsas para uma biografia indiscreta. In PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (org.). *Egas Moniz em livre exame*. Coimbra: Edições Minerva, 2000, p. 269-295.

Não tem sido enfatizada a influência que o presidencialismo brasileiro (1889-1934) exerceu na tímida, incompleta e fugaz tentativa ocorrida a meio da atribulada vigência da 1ª República portuguesa, mas constitui um tópico interessante que pode ser mais aprofundado quer, por um lado, analisando as prosopografias dos republicanos pertencentes às gerações de 70 e 90, quer, por outro, através de um rastreio exaustivo na imprensa portuguesa republicana de diversos matizes, desde o último quartel do séc. XIX até à década de vinte de novecentos.

Aqui quisemos apenas deixar notícia desenvolvida de acontecimentos que remetem para uma conjuntura e convocam um exigente quadro hermenêutico analítico e comparativo à espera da contribuição esclarecida e empenhada de historiadores portugueses e brasileiros.

Bibliografia

ANTUNES, José Freire. *A Cadeira de Sidónio ou a memória do presidencialismo*. Mem Martins : Publicações Europa-América, 1981.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Edição do Autor, 1994.

___ (coord.) *Os ‘Brasileiros’ da emigração: seminário no Museu Bernardino Machado: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 22 e 23 de Setembro de 1998*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999.

BERSTEIN, Richard; RICE, Kym S. *Are we to be a nation? the making of the constitution*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1987.

BONIFÁCIO, Maria Fátima. *O Século XIX português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRANDÃO, José. *Sidónio : contribuição para a história do presidencialismo*. Lisboa: Perspectiva & Realidades, 1983.

CABRAL, Manuel Vilaverde. A Grande Guerra e o Sidonismo: Esboço interpretativo. *Análise Social*. Lisboa, v.15, n°58, 1979, p. 373-392.

FARINHA, Luís. Sidónio Pais em Berlim. *História*. Lisboa. Nova série. 16:2, Nov. 1994, p. 28-37.

GARRIDO, Álvaro. Sidónio Pais : a edificação do mito. *História*. Lisboa. Nova série. 16:2, Nov. 1994, p.38-67.

- GONÇALVES, José Pedro (sel.). *O Presidencialismo português*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
- GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil: 1889-1895*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995.
- HOMEM, Amadeu Carvalho. *A Ideia Republicana em Portugal: O contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.
- LACERDA, Arthur Virmond de. *A República Positivista: teoria e ação no pensamento de Augusto Comte*. 2ª ed. rev. e aum. Curitiba: Juruá Editora, 2000.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História da 1ª República Portuguesa: As estruturas de base*. S. l., Iniciativas Editoriais, 1978.
- _____. *Guia de História da 1ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.
- MATOS, Sérgio Campos. Da Crise da monarquia constitucional à primeira república em Portugal (1890-1910). In: GÓMEZ, Hipólito de la Torre; VICENTE, A. pedro (dir.). *Espanha-Portugal. Estudios de Historia Contemporánea*. Madrid: Ed. Complutense, 1998, p. 51-64.
- MEDINA, João. *Morte e transfiguração de Sidónio Pais*. Lisboa : Ed. Cosmos, 1994.
- _____. Varões Republicanos : quatro retratos de vultos políticos da I república: Machado Santos, Afonso Costa, João Chagas e Sidónio Pais. *Clio*. Lisboa. Nova série. 2, 1997, p. 153-174.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *União Sagrada e Sidonismo*. Lisboa: Ed. Cosmos, 2000.
- MOLLIER, Jean-Yves; GEORGE, Jocelyne. *La Plus longue des républiques: 1870-1940*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1994.
- MONTEIRO, Miguel. *Migrantes, emigrantes e “brasileiros” de Fafe: 1834-1926 : territórios, itinerários e trajetórias*. Fafe: Edição do Autor, 2000.
- MOREIRA, Fernando. Introdução. In: CASTRO, José Luciano de (org.). *Correspondência política (1858-1911)*. Lisboa: Quetzal Editores, 1998.
- RAMOS, Rui. *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal: 1884-1908*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- RAMOS, Maria Bernardete; SERPA, Élio e PAULO, Heloisa (orgs). *O Beijo Através do Atlântico: O lugar do Brasil no panlusitanismo*. 2001 Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2001.
- REIS, Antonio (dir.). *Portugal Contemporâneo. Vol. 1*. Lisboa: Publicações Alfa, 1996.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX: actas do Colóquio, 2 a 5 de Abril de 2003*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/Quarteto Editora, 2003.

ROSAS, Fernando. A Crise do Liberalismo e as Origens do “Autoritarismo Moderno” e do Estado Novo em Portugal. *Penélope*. Lisboa, 2, Fev 1989, p. 98-114.

SAMARA, Alice. *Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais: verdes e vermelhos*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

SARDICA, José Miguel. *A Dupla face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

SILVA, Armando B. Malheiro da. *Sidónio e Sidonismo: história e mito*. Braga: Universidade do Minho, 1997, 2 volumes. Dissertação de doutoramento em História Contemporânea de Portugal.

SILVA, Armando B. Malheiro da. Egas Moniz e a política: notas avulsas para uma biografia indiscreta. In PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (org.). *Egas Moniz em Livre Exame*. Coimbra: Edições Minerva, 2000, p. 237-311.

_____. A República e o reformismo democrático autoritário, 1890-1926: uma proposta interpretativa. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX: actas do Colóquio, 2 a 5 de Abril de 2003*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/Quarteto Editora, 2003, p. 21-62.

_____. Um Experiência Presidencialista em Portugal, 1917-1918. In: SZESZ, Christiane Marques et al (orgs.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 49-86.

_____; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro. *António Cândido, Sidónio Pais e a Elite Política Amarantina, 1850-1922. Elementos para o estudo das raízes familiares de Amadeo de Sousa Cardoso*. Amarante: Câmara Municipal, 2000.

SZESZ, Christiane Marques et al (orgs.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

TELO, António José 1998 — Oitenta anos depois: compreender Sidónio. *História*. Lisboa. 20. Nova série. 9 (Dez.) 11-25.

TORRES, João Camilo de Oliveira 1962 — *O Presidencialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro.

TRIGUEIROS, Luís Forjaz 1992 — *Temas brasileiros e portugueses: seleção de textos de autores portugueses sobre temas culturais do Brasil e de autores brasileiros sobre temas culturais portugueses*. Lisboa: ICALP.

VALENTE, Vasco Pulido. Estudos sobre Sidónio Pais. In *Estudos sobre a crise nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, p. 243-318.

_____. *A “República Velha” (1910-1917): ensaio*. Lisboa: Gradiva, 1997.

WHEELER, Douglas L. *História política de Portugal, 1910-1926*. Mem. Martins: Publicações Europa-América, 1937.

Recebido em abril/2009.

Aprovado em maio/2009.